

**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Curso de Licenciatura
2019/2020 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Jaime Valle; Prof. Cláudia Monge; Dr. Afonso Brás;
assistente a designar

2º Ano – Turma B

PROGRAMA

PARTE PRIMEIRA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS

Capítulo 1

A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 1.** O Direito Internacional Público: relance introdutório
 - 1.1.** Noção adoptada
 - 1.2.** Terminologia e intitulações
 - 1.3.** Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer
 - 1.4.** O Direito Internacional Público e os seus semelhantes
 - 1.5.** Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa

1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?

2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público

2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público

2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)

2.3. O Período Moderno (1815-1945)

2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)

3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?

3.1. Principais correntes doutrinárias

3.2. Posição adoptada

3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais

4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional

4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes

4.3. Fontes tipificadas

4.3.1. A convenção internacional

4.3.2. O costume internacional

- 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
 - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
 - 4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)
 - 4.4. Fontes não tipificadas
 - 4.4.1. Os actos unilaterais
 - 4.4.2. O chamado *soft law*
 - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
 - 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
 - 5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
 - 5.1. Direito dos Tratados – fontes
 - 5.2. O nascimento dos tratados
 - 5.2.1. Conclusão dos tratados
 - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
 - 5.2.3. Entrada em vigor
 - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
 - 5.3. A vida dos tratados
 - 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
 - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
 - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
 - 5.4. A morte dos tratados
 - 5.4.1. Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados

5.4.2. Nulidades

5.4.3. Cessação da vigência e suspensão da sua aplicação

6. Em especial, o procedimento de vinculação por convenções internacionais e a Constituição Portuguesa

6.1. Nas Constituições históricas portuguesas

6.2. Na Constituição Portuguesa de 1976

6.2.1. As bases jurídicas de abertura internacional

6.2.2. O problema da distinção material entre tratado e acordo

6.2.3. As quatro fases principais do procedimento interno de vinculação por convenção internacional

6.2.4. O procedimento interno de desvinculação: simetria e equivalência

6.2.5. Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da União Europeia

Capítulo 3

**NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA
NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA**

7. Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno

7.1. Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais

7.1.1. Monismo com primado do Direito Interno

7.1.2. Monismo com primado do Direito Internacional

- 7.2.** Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional
 - 7.3.** Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto
 - 7.4.** Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global
-
- 8.** A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias
 - 8.1.** A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia
 - 8.2.** Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
 - 8.2.1.** Direito Internacional Geral ou Comum
 - 8.2.2.** Direito Internacional Convencional
 - 8.2.3.** Direito das Organizações Internacionais
 - 8.2.4.** Direito da União Europeia

Capítulo 4

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

- 9.** Aspetos gerais
 - 9.1.** Personalidade jurídica internacional
 - 9.2.** Capacidade jurídica internacional
 - 9.3.** Quadro geral dos sujeitos de Direito Internacional
 - 9.4.** Tipos especiais de subjectividade internacional – em particular, a situação do indivíduo

- 10.** Determinação dos sujeitos e reconhecimento
 - 10.1.** O ato de reconhecimento – aspectos gerais
 - 10.2.** O reconhecimento de Estado
 - 10.3.** O reconhecimento de Governo
 - 10.4.** O reconhecimento de insurrectos e beligerantes
 - 10.5.** O reconhecimento de Organizações Internacionais

Capítulo 5

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 11.** Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
 - 11.1.** Noção
 - 11.2.** Génese e evolução
 - 11.3.** Classificações
 - 11.4.** Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
 - 11.5.** Membros
 - 11.6.** Estrutura institucional
 - 11.7.** Procedimentos de decisão

- 12.** Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

13. A Organização das Nações Unidas (ONU)

13.1. Enquadramento histórico

13.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão

13.3. Os membros

13.4. Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU

13.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional

13.6. O valor jurídico das resoluções da ONU

13.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual

13.8. Áreas fundamentais de actuação

13.8.1. Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana

13.8.2. Auto-determinação dos povos

13.8.3. Protecção internacional dos Direitos Humanos

13.8.4. Em especial, as Nações Unidas e a Responsabilidade de Proteger

PARTE SEGUNDA

**A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE
TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES**

Capítulo 6
A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA
DOS DIREITOS HUMANOS

- 14. Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional

- 15. A protecção internacional penal
 - 15.1. A noção de crimes internacionais
 - 15.2. As jurisdições penais internacionais

- 16. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
 - 16.1. Génese e evolução
 - 16.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH
 - 16.3. Portugal e a CEDH: 40 anos de vinculação
 - 16.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA

I. Básica

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.

- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL (no prelo).
- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Cascais, Principia, 2016.

II. Complementar

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>; disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra Ed., 2014.
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4.^a ed., Coimbra Editora, 2010.
- COUTINHO, F. Pereira, e outros (coords.) – *Os sujeitos não estaduais no Direito Internacional*, Ed. Petrony, 2019.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5.^a ed., Londres, Routledge, 2016.

- KLABBERS, Jan – *International Law*, Cambridge Univ. Press, 2013.
 ____ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3.^a ed., 2015.
- MACHADO, Jónatas E. M. – *Direito Internacional. Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 3.^a ed., Coimbra Ed., 2006.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Cambridge Univ. Press, 2014.
- WELLER, Marc (ed.) – *The Oxford Handbook of the use of force in international law*, OUP, 2015.

III. Textos normativos

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 2.^a ed., AAFDL, 2017

Lisboa, 1 de Setembro de 2019